



PROGRAMAÇÃO

Produção, Interpretação Textual e Linguagem Simples

INFORMAÇÕES DA ESCOLA	Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro Responsável Técnico da Escola: Simone Cuber Araujo Pinto Diretor da Escola: Desembargador Marco Aurélio Bezerra de Melo Mandato do Diretor: 03/02/2023 a 03/02/2025		
PERÍODO DE INSCRIÇÃO	De 10 de julho a 28 de agosto de 2024		
DATA E HORÁRIO	De 2 de setembro até 27 de setembro de 2024. Aulas síncronas: 13 de setembro de 2024, das 9h às 10h30min. 16 de setembro de 2024, das 9h às 10h30min. 20 de setembro de 2024, das 9h às 10h30min.		
TIPO DE ATIVIDADE (Res. 02/2016 ENFAM)	Curso de formação continuada	CARGA HORÁRIA	20 horas
MODALIDADE	Educação a distância (EaD) com tutoria síncrona e assíncrona	Nº DE VAGAS	40
LOCAL	Plataforma Moodle (http://virtual.emerj.com.br/) e Plataforma Zoom		
PÚBLICO-ALVO	Magistrados do TJRJ		
EMENTA DO CURSO	Produção textual. Recomendações para a produção de textos. Características da redação na magistratura. Escrita argumentativa. Interpretação textual. Linguagem simples e inclusiva na magistratura.		
TEMAS GERAIS			
EIXOS E SUBEIXOS	Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado: Temas em Gestão de Processos e Jurisdição; Relacionamento Institucional e Interpessoal; Empatia e Comunicação; Qual: Linguagem Jurídica. Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado: Temas em Alteridade, Visibilidade e Comunidade de Cidadania; Temas em Ética; Epistemologia, Filosofia e Teoria da Justiça; Lógica, Hermenêutica, Instrução processual e Racionalidade decisória (efetividade)		

	Temas em Ensino Jurídico.
JUSTIFICATIVA	<p>Em tempos de profundas mudanças sociais, culturais e econômicas, as quais confrontam também os questionamentos sobre o papel das formas de escrita, de redação, e de comunicação, o curso “Produção, Interpretação Textual e Linguagem Simples” traz oportunidade de renovação e transformação de técnicas de redação escrita, da produção e interpretação de textos jurídicos, da argumentação jurídica e, ainda, das questões essenciais da língua portuguesa na magistratura. Isso tudo de forma adequada para aproveitamento nas situações de trabalho, na atuação da magistrada e do magistrado. Conseqüentemente, o curso tem o potencial de colaborar para as formações pessoais do escrever bem e da comunicação eficiente e compassiva.</p> <p>A formação engloba o gerenciamento de uso adequado das técnicas de linguagem, com produção e interpretação, com foco no pensamento dos resultados textuais escritos com simplificação da linguagem e respeito à linguagem técnica do Poder Judiciário, com estratégias de utilização das principais ferramentas no processo de trabalho compartimentalizado e interconectado. Proporciona-se, assim, ambiente para diálogo e produção de textos em diferentes modalidades, oportunizando a análise dos materiais confeccionados e com apontamento de perspectivas possíveis para a elaboração de textos com tendências da redação na contemporaneidade.</p> <p>Para se praticar a escrita com conceitos linguísticos, são abordadas questões da simplificação da linguagem, da linguagem clara e inclusiva, e de tópicos essenciais selecionados da língua portuguesa, que teve incorporada mais de mil palavras ao Vocabulário Ortográfico da Academia Brasileira de Letras (VOLP/ABL).</p> <p>Os estudos dos aspectos destacados da língua portuguesa são fundamentais para a correção e cumprimento de características próprias da redação e dos processos de comunicação no Judiciário. Dessa forma, magistradas e magistrados estarão mais seguras e mais seguros ao utilizarem as palavras nas diversas demandas do cotidiano.</p> <p>Trata-se de curso formativo fundamental para os participantes desenvolverem as competências, pois precisam estar em constante aperfeiçoamento na área, o que contribui para a atividade judicante e envolvendo os novos tempos com o Pacto Nacional da Linguagem Simples proposto pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).</p> <p>O compartilhamento de saberes, a partir das estratégias de aprendizagem com uso de metodologias ativas na EaD, gera a aprendizagem significativa, com a contribuição plena no desenvolvimento do trabalho diário em equipe e de acordo com a personalização de suas necessidades no dia a dia de atuação. Assim, os participantes percebem a confiança e a maturidade na confecção de textos jurídicos com avaliação e identificação dos elementos de reflexão crítica sobre novos conhecimentos, habilidades e atitudes, com superação dos obstáculos de produção textual contemporânea na magistratura, inseridos características básicas da escrita argumentativa nos novos tempos.</p>

OBJETIVO GERAL	<p>Ao final do curso, as magistradas e os magistrados participantes estarão aptos a aplicar as habilidades contemporâneas da produção, interpretação de textos e da linguagem simples no contexto da magistratura.</p>
OBJETIVOS ESPECÍFICOS (POR MÓDULO)	<p>Ao final do Módulo 1, a magistrada e o magistrado serão capazes de produzir textos no contexto da magistratura com os elementos necessários da produção de escrita técnica e jurídica.</p> <p>Ao final do Módulo 2, a magistrada e o magistrado serão capazes de argumentar e de interpretar textos nas situações diárias de trabalho e no contexto da atividade judicante.</p> <p>Ao final do Módulo 3, a magistrada e o magistrado serão capazes de se comunicar com linguagem simples para transmitir informações de forma objetiva e inclusiva na escrita.</p>
DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE	
COORDENAÇÃO E TUTORIA	<p>Coordenador Gabriel Henrique Collaço Jornalista profissional formado em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali), especialista em Jornalismo Cultural pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC/SP), em Storytelling e Escrita Criativa para Negócios pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP/SP), em Metodologia para Educação a Distância, em Docência do Ensino Superior e em Marketing Digital e Comércio Eletrônico pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). É professor em cursos de Pós-Graduação, presenciais e virtuais. Professor, assessor pedagógico e coordenador de EaD da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (Esmesc). No contexto da magistratura, foi assessor de comunicação da Esmesc de 2015 a 2020. Autor de livros, de materiais didáticos e revisor de periódicos. Formador e Tutor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam/STJ). Circula com cursos, credenciados pela Enfam, de formação de formadores, formação continuada e formação inicial pelas escolas judiciais e de magistratura pelo Brasil. Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/6281393729934059</p> <p>Tutor Gabriel Henrique Collaço Jornalista profissional formado em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali), especialista em Jornalismo Cultural pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC/SP), em Storytelling e Escrita Criativa para Negócios pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP/SP), em Metodologia para Educação a Distância, em Docência do Ensino Superior e em Marketing Digital e Comércio Eletrônico pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). É professor em cursos de Pós-Graduação, presenciais e virtuais. Professor, assessor pedagógico e coordenador de EaD da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (Esmesc). No contexto da magistratura, foi assessor de comunicação da Esmesc de 2015 a 2020. Autor de livros, de materiais didáticos e revisor de periódicos. Formador e Tutor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam/STJ). Circula com cursos, credenciados pela Enfam, de formação de formadores, formação continuada e formação inicial pelas escolas judiciais e de magistratura pelo Brasil. Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/6281393729934059</p>

<p>DOCENTES CONTEUDISTAS E DAS AULAS SÍNCRONAS</p>	<p>Gabriel Henrique Collaço Jornalista profissional formado em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali), especialista em Jornalismo Cultural pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC/SP), em Storytelling e Escrita Criativa para Negócios pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP/SP) e em Metodologia para Educação a Distância, em Docência do Ensino Superior e em Marketing Digital e Comércio Eletrônico pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). É professor em cursos de Pós-Graduação, presenciais e virtuais. Professor, assessor pedagógico e coordenador de EaD da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (Esmesc). No contexto da magistratura, foi assessor de comunicação da Esmesc de 2015 a 2020. Autor de livros, de materiais didáticos e revisor de periódicos. Formador e Tutor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam/STJ). Circula com cursos, credenciados pela Enfam, de formação de formadores, formação continuada e formação inicial pelas escolas judiciais e de magistratura pelo Brasil. Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/6281393729934059</p> <p>Marcelo Moraes Caetano Professor Adjunto de Língua Portuguesa e Filologia Românica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), membro efetivo da Academia Brasileira de Filologia (cadeira 38), da Academia Fluminense de Letras (Cadeira 18), do PEN Clube do Brasil (Rio-Londres), da Académie des Arts, Sciences et Lettres de Paris, da Academia de Letras y Artes de Chile e de outras instituições culturais no Brasil e no exterior. Foi professor adjunto do CAP-UERJ (Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira), de onde pediu exoneração. É autor de mais de 50 livros publicados no Brasil e no exterior. Suas obras já foram premiadas pela ONU, Unesco, Academia Brasileira de Letras e universidades no Brasil e no exterior, como PUC-Rio, UFRJ, Kendall College Chicago, Laureate International Universities, Fundação Oswaldo Cruz, Fundação Casa de Rui Barbosa, Museu Imperial de Petrópolis, Museu Nacional. Em 2011, recebeu a Médaille e a Comenda de Vermeil de Paris. É roteirista, gramático, autor de gramáticas normativas, e pianista clássico com prêmios internacionais (vencedor do Concurso Internacional Solistas Instrumentistas Ciudad de Cordoba, 1989; 2. lugar do Concurso para Solistas da Orquestra Sinfônica de Viena, Áustria, 2010, entre outros) desde os 14 anos de idade, realizando, desde então, recitais nas Américas e na Europa. É tradutor de inglês, francês, alemão, espanhol, italiano, latim e grego, estudioso das filologias russa, mandarim e galega. Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/3481521669605440</p>
<p>METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO</p>	<p>A proposta metodológica do curso “Produção, Interpretação Textual e Linguagem Simples” está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada das magistradas e dos magistrados com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático. Este curso é composto de ambientação em dois dias e três módulos de duração de uma semana cada, além do período destinado de atividade final (registro reflexivo sobre a Linguagem no Poder Judiciário do Rio de Janeiro e o Pacto Nacional da Linguagem Simples). Em cada módulo haverá uma pasta de material complementar para as leituras da semana, aula síncrona ou aula gravada, podcasts, fórum de discussão e uma atividade avaliativa. No módulo 1 será utilizada a ferramenta ativa mural virtual (padlet), para que os participantes busquem referências complementares (vídeos, áudios, textos), sobre as questões da produção de textos na magistratura. No módulo 2 será utilizada a</p>

	<p>ferramenta ativa fórum com questão formativa. Ainda, no módulo 3, os participantes farão o glossário com comentários para interação, com termos técnicos que serão explicados com uso da linguagem simples. Haverá dois encontros síncronos no módulo 2 e um encontro síncrono no módulo 3. Os materiais do curso são estruturados de modo a gerar uma aproximação gradual e aprofundada com o tema de forma participativa para o domínio organizado das diversas linguagens que compõem a nossa língua portuguesa e aprimoramento da redação, da interpretação e da argumentação jurídica. Todas as atividades propostas valem nota conforme descrito no item “avaliação” deste plano de curso. para o domínio organizado das diversas linguagens que compõem a nossa língua portuguesa e aprimoramento da redação, da comunicação e da argumentação jurídica. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da Emerj, a qual estabelece a necessidade de formação de magistradas e de magistrados possuir caráter humanista e interdisciplinar. O curso, teórico-prático, toma a prática jurisdicional como ponto de partida. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo da e do estudante, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir na produção, na interpretação, na argumentação e na linguagem dos textos na magistratura.</p>
PROGRAMAÇÃO	
<p>AMBIENTAÇÃO Período: de 02/09 a 03/09/2024</p>	<p>Vídeo de apresentação do curso pelo coordenador e tutor; Programação; Manual do aluno; Navegando pela Plataforma.; Fórum de Apresentação Tutor e Alunos.</p>
<p>Módulo 1 Período: de 04 a 10/09/2024 Carga horária: 4 horas</p>	<p>PRODUÇÃO TEXTUAL NA MAGISTRATURA Ementa: Produção textual. Recomendações para a produção de textos. Características da redação na magistratura. Gêneros Textuais.</p> <p>Podcast: gravação de áudio até 10 minutos Tema: “Gêneros textuais” Docente: Marcelo Moraes Caetano Conteúdo programático: O que é um texto. Retórica e texto argumentativo: de Aristóteles aos nossos dias.</p> <p>Metodologia: Escuta de podcast (10 minutos), leitura de materiais escritos (50 min.) e participação em fórum de discussão (2 horas) e mural virtual (1 hora).</p> <p>Avaliação de aprendizagem: Os estudantes participarão ativamente da escuta de podcast, do fórum de discussão sobre produção textual e do mural virtual (padlet), este com sugestões de novas referências de materiais em áudio, vídeo ou texto sobre produção de textos (atividade avaliativa do módulo 1).</p> <p>Leitura obrigatória: Gramática normativa da língua portuguesa, de Alexandre Chini e Marcelo Moraes Caetano, disponível em: https://www.oab.org.br/publicacoes/pesquisa?termoPesquisa=gram%C3%A1tica#</p>

	<p>Novos caminhos do texto: aprimoramento em interpretação e produção textual, de Alexandre Chini e Marcelo Moraes Caetano, disponível em: https://www.oab.org.br/publicacoes/pesquisa?termoPesquisa=textual#</p> <p>Leitura complementar de aprofundamento (opcional): Vernáculo ou língua portuguesa? a nova sistemática processual, de Alexandre Chini e Marcelo Moraes Caetano, disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistadireitoemovimento_online/edicoes/volume27/volume27_25.pdf</p>
<p>Módulo 2 Período: de 11/09 a 17/09/2024 Carga horária: 8 horas</p> <p>Encontros síncronos: 13 de setembro de 2024, das 9h às 10h30min e 16 de setembro de 2024, das 9h às 10h30min</p>	<p>INTERPRETAÇÃO TEXTUAL NA MAGISTRATURA Ementa: Interpretação de textos na magistratura. Argumentação jurídica.</p> <p>Encontro síncrono: 13 de setembro de 2024, das 9h às 10h30min. Tema: “Produção textual” Docente: Marcelo Moraes Caetano Conteúdo programático: Elementos do texto argumentativo: assunto, tema e tese. Argumentos válidos. Indiretividade, implícitos e implicaturas no texto: o sentido está além do que é dito ou escrito. Metodologia da aula: Apresentação do professor e dos temas da aula (5min). Exposição dialogada sobre o conteúdo (50 min). Estudo de casos concretos e debates sobre produção de textos na magistratura (30min) Sistematização da aula (5min).</p> <p>Encontro síncrono: 16 de setembro de 2024, das 9h às 10h30min. Tema: “Argumentação e Interpretação textual” Docente: Marcelo Moraes Caetano Conteúdo programático: Falácias e sofismas no texto argumentativo. Metodologia da aula: Apresentação dos temas da aula (5min). Exposição dialogada sobre o conteúdo (50 min). Estudo de casos concretos e debates sobre interpretação de textos na magistratura (30min) Sistematização da aula (5min).</p> <p>Avaliação de aprendizagem: Os estudantes participarão ativamente das aulas síncronas com diálogos e discussões das temáticas (3 horas), do fórum de discussão sobre produção textual (2 horas) e outro fórum com questão formativa sobre interpretação textual (atividade avaliativa do módulo 2 – 2 horas). Leitura de materiais escritos (1 hora).</p> <p>Leitura obrigatória: Tratado de colocação pronominal e regência verbal e dois textos jurídicos, de Alexandre Chini e Marcelo Moraes Caetano, disponível em: https://www.oab.org.br/publicacoes/pesquisa?termoPesquisa=gram%C3%A1tica# Novos caminhos do texto: aprimoramento em interpretação e produção textual, de Alexandre Chini e Marcelo Moraes Caetano, disponível em: https://www.oab.org.br/publicacoes/pesquisa?termoPesquisa=textual#</p>
<p>Módulo 3 Período: de 18/09 a 24/09/2024</p>	<p>LINGUAGEM SIMPLES E INCLUSIVA NA MAGISTRATURA Ementa: Linguagem simples; recomendação CNJ e Pacto Nacional da Linguagem Simples, produção textual.</p>

<p>Carga horária: 6 horas</p> <p>Encontro síncrono: 20 de setembro de 2024, das 9h às 10h30min</p>	<p>Vídeoaula de 30 minutos Tema: “Linguagem acessível” Docente: Gabriel Henrique Collaço Conteúdo programático: Simplificação da linguagem no judiciário; jargões jurídicos e produção textual.</p> <p>Encontro síncrono: 20 de setembro de 2024, das 9h às 10h30min. Tema: “Linguagem simples e o Pacto nacional” Docente: Gabriel Henrique Collaço Conteúdo programático: Linguagem simples; recomendação CNJ e Pacto Nacional da Linguagem Simples. Metodologia da aula: Apresentação dos temas da aula (5min). Exposição dialogada sobre o conteúdo (50 min). Estudo de verbetes e debates sobre linguagem simples na magistratura (30min). Sistematização da aula (5min).</p> <p>Avaliação de aprendizagem: Os estudantes participarão ativamente da aula síncrona com interação do formador com os estudantes, e de estudantes com estudantes (1h30min), do fórum de discussão sobre linguagem simples (2 horas) e os cursistas farão um Glossário com termos utilizados no dia a dia do judiciário e a simplificação na explicação do significado, além de comentários nas postagens dos colegas (atividade avaliativa do módulo 3 – 1h30min). Leitura de materiais escritos (30 min.)</p> <p>Leitura obrigatória: Tópicos de Língua Portuguesa e Redação Jurídica, de Ana Cláudia Collaço de Mello, Célia Maria da Silva e Gabriel Henrique Collaço, da Coleção Cadernos da Esmesc - 3.ed. vol.2. (Arquivo em PDF) Pacto Nacional da Linguagem Simples, do Conselho Nacional de Justiça, Disponível em: https://www.cnj.jus.br/gestao-da-justica/acessibilidade-e-inclusao/pacto-nacional-do-judiciario-pela-linguagem-simples/</p> <p>Leitura complementar de aprofundamento (opcional): Recomendação CNJ n. 144, de 25 de agosto de 2023, que dispõe sobre a linguagem simples, Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5233</p>
<p>Módulo de Avaliação Final e Avaliação de Reação</p> <p>Período: de 25/09 a 27/09/2024 Carga horária: 2 horas</p>	<p>Registro Reflexivo sobre a Linguagem no Poder Judiciário do Rio de Janeiro e o Pacto Nacional da Linguagem Simples do CNJ</p> <p>Avaliação de Reação Avaliação das Aulas</p>
<p>AVALIAÇÃO (Total 100 pontos)</p>	<p>As atividades avaliativas do curso são:</p> <p>Mural Virtual (padlet) de novas referências – 15 pontos Fórum de questão formativa – 15 pontos Glossário de simplificação de linguagem – 15 pontos</p>

	<p>Aulas síncronas – 5 pontos cada – 3 aulas síncronas</p> <p>Atividade Final - Registro Reflexivo – 40 pontos</p> <p>Total: 100 pontos</p>
CERTIFICAÇÃO	<p>Registro no SIEM</p> <p>Emissão de certificado na plataforma Moodle</p>

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS

- METODOLOGIA DO CURSO:** A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juízes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução No. 7 de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas) estabelece a necessidade da formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.
- AMBIENTAÇÃO:** Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço <http://virtual.emerj.com.br/>. Os alunos receberão, ao se inscreverem, o link para acesso à Plataforma e ao Curso, com um login e senha. Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a ambientação: Navegando pela Plataforma; Dicas para EaD; Manual do Aluno; Programação do curso e informações sobre o (a) Tutor (a); Acesso às ferramentas de comunicação que serão utilizadas (Fóruns; chats; vídeos; hiperlinks). Os canais de suporte ao cursista também estão lá informados.
- ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS TUTORES:** Conforme Plano de Tutoria enviado ao tutor, faz parte de suas responsabilidades mediar os debates realizados nas atividades síncronas e assíncronas (conforme explicitadas no plano de curso, esclarecer as dúvidas dos alunos e dar feedback dentro dos prazos estipulados no plano de tutoria, avaliar as atividades realizadas pelos alunos de acordo com a proposta metodológica e avaliativa descrita no plano de curso e estimular a participação criando um clima de cooperação entre os participantes por meio de mensagens no chat e/ou nos fóruns de discussão.
- ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS ALUNOS:** Os alunos deverão participar de todas as atividades (síncronas e assíncronas) descritas no plano de curso de modo que haja a necessária interação entre conteúdo/docentes/discentes, devendo cumprir a porcentagem das atividades consideradas obrigatórias (conforme descritas no plano de curso no item Avaliação) e atingir os critérios para certificação.
- AValiação.** Na formação dos magistrados entende-se a avaliação como um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas. A avaliação de aprendizagem do aluno será individual e contínua e levará em conta a participação nos Fóruns de Discussão, a realização das Questões Formativas, a realização das demais atividades propostas em cada módulo. Ao final do curso será apresentada uma questão avaliativa (Estudo de Caso - opcional) que contemplará a totalidade dos temas estudados ao longo dos módulos. Será disponibilizado, também na plataforma, um formulário para elaboração do Registro Reflexivo. Para a avaliação do curso o magistrado cursista preencherá um formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da ENFAM, tais como: avaliação

dos professores, avaliação dos temas apresentados, carga horária, qualidade do material de apoio e integração dos participantes durante o curso no próprio ambiente Moodle. Essa avaliação de impacto dos resultados alcançados pela realização do curso é de grande importância tanto para o processo de autoavaliação dos magistrados quanto para o processo de aprimoramento constante dos cursos oferecidos por essa Escola.

6. FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO: A aferição da participação dos cursistas se dará pela realização das atividades propostas ao longo do curso, devendo ao final atingir o mínimo de 75% de aproveitamento, conforme Instrução Normativa Enfam n.1/2017, sendo condição para a certificação e atribuição das horas de aperfeiçoamento.
7. DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO. A desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição, deverá ser comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens deama.emerj@tjrj.jus.br